

EDITORIAL

DENISE D'AURIA-TARDELI

Os resultados dos alunos nas avaliações do PISA – *Program for International Student Assessment* – realizados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) são influenciados por múltiplos fatores. Em geral, em todos os países, se observam diferenças substanciais entre alunos segundo sua origem socioeconômica, sua trajetória escolar prévia e os níveis de estudos completados por seus pares.

Nos relatórios do PISA, a capacidade inclusiva das escolas é uma referência fundamental. O conceito de inclusão aqui está estritamente ligado ao direito de receber uma educação de qualidade para todos e cada um dos alunos, configurando uma escola democrática, equitativa e adequada às necessidades e características dos alunos. A Organização das Nações Unidas – ONU – impulsionou o direito à educação para todos a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e em consequência disto, as metas de aprendizagens satisfatórias para todos os alunos se constitui numa prioridade dos sistemas educacionais ocidentais. Em contrapartida, alguns estudiosos da área da educação advertem que o interesse quase obsessivo pelos resultados por parte dos organismos nacionais e internacionais poderia estar oprimindo as escolas a buscar uma eficiência e produtividade irreal (ESCUADERO, 2012).

Junto com as provas de avaliação para cada área (leitura, matemática e ciências), o PISA recolhe dados dos fatores influentes na aprendizagem através de questionários que são

complementados pelas escolas e pelos alunos, respectivamente. Por meio de análises estatísticas complexas relacionam os resultados dos alunos nas provas e nos questionários, e obtêm os fatores associados ao rendimento escolar em geral, e ao baixo rendimento.

Um aspecto importante no PISA é a interrelação entre rendimento e equidade. O estudo da equidade permite analisar as discrepâncias no rendimento em relação às variáveis e circunstâncias específicas dos alunos, de suas famílias, da própria escola e de seu entorno. Das avaliações do PISA, emergem algumas conclusões que validam a sua importância no panorama social e educacional, além de sua influência na tomada de decisões políticas e de inovação escolar.

A OCDE assinala que um baixo rendimento acadêmico costuma ser consequência de diferentes fatores de risco, da combinação de desvantagens que afetam uma pessoa ao longo de sua vida. Por exemplo: em relação ao sistema educacional, alguns fatores de risco predominantes se relacionam à infraestrutura física e aos recursos escolares. Mas a qualificação e competência dos professores parece ser um aspecto bastante relevante, inclusive, apontado pelos próprios alunos (BRASIL, 2019). A gestão escolar também é um fator a ser levado em consideração, pois pode causar uma estratificação vertical ou horizontal, favorecendo ou prejudicando a autonomia das escolas.

Contudo, a grande fragilidade se relaciona aos próprios alunos: a desvantagem socioeconômica, as condições de gênero e estrutura familiar parecem ser um complicador no processo de aprendizagem. Atitudes comportamentais como baixo autoconceito, insucessos e reprovação nos ciclos de aprendizagem configuram-se como dados de relevância.

No relatório deste ano, recém-publicado, os alunos brasileiros parecem que estão estagnados em leitura, ciências e matemática. Nesta edição, 79 países participaram e os países asiáticos figuraram entre os melhores. Os resultados do Brasil

apresentam dados complementares interessantes que podem ajudar na compreensão dos níveis tão baixos dos saberes acadêmicos principais. O relatório aponta que 29% dos alunos avaliados afirmam passar ou já ter passado por situações de *bullying*. Este dado deveria alertar as políticas educacionais para se pensar alternativas possíveis para remover as dificuldades de aprendizagem. Um trabalho com os alunos identificados com dificuldades relacionais pode ser um início. Conscientizar toda a comunidade escolar da importância dos aspectos interrelacionais, do desenvolvimento da identidade e da autonomia por meio de propostas inovadoras e projetos integrados na forma de trabalho docente, promoveriam na escola um ambiente de convivência saudável e harmoniosa, no qual o respeito fosse a prerrogativa principal. Escolas com propostas de trabalho integrado e ambiente democrático, favorecem não só a aprendizagem, mas o desenvolvimento de personalidades éticas.

É o momento de renovar os pilares básicos da educação. Remover o fracasso, o desrespeito e o descaso no processo de ensino e aprendizagem é a meta principal de toda a sociedade escolar. Mas antes, é preciso que gestores docentes admitam que estes fatores de fato, acontecem na escola, sem precisar da comprovação oficial de instrumentos de avaliação como o PISA.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. MEC-INEP. Relatório PISA. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/acoes-internacionais/pisa/resultados>, 2019.

ESCUDERO, J.M. La educación inclusiva, una cuestión de derecho. **Educatio XXI**, 30(2), 109-128, 2012.